



A EJA NA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA: A RELEVÂNCIA DO PROJETO PESCARTE NA AÇÃO EDUCATIVA FORA DO CONTEXTO ESCOLAR

Mônica do Nascimento Brito¹

RESUMO: Levando-se em consideração que as contradições da sociedade capitalista são muitas e que o Estado atua de forma mediadora nas relações entre interesses coletivos e particulares que abrangem diversos grupos sociais, este artigo mostrará que a Educação Ambiental deverá ser tratada de forma crítica e transformadora, procurando inserir a educação ambiental em diversos grupos sociais. Assim, o presente trabalho analisa como Projetos de Educação Ambiental (PEA's), o projeto Pescarte, que atua com pescadores artesanais e seus familiares, que vem apresentando-se como importantes instrumentos para estimular o diálogo e a participação comunitária, a partir da ótica da educação popular. Utilizando métodos como a realização de questionários, articulação de contatos e a escuta sensível, torna-se possível uma aproximação para com as comunidades pesqueiras, viabilizando uma melhor inserção no campo e proporcionando um reconhecimento dos saberes tradicionais daquela comunidade por parte de seus membros. Com isso a educação informal com jovens e adultos se estabelece de maneira sistêmica.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Políticas Públicas; Educação de Jovens e Adultos; Educação Popular

INTRODUÇÃO

Foi por volta da década de 70, diante de tantos fatores que acabaram afetando e alterando o meio ambiente, como a devastação amazônica, poluição dos rios e mares, que houve a necessidade de uma preocupação maior com a educação ambiental.

Segundo Ministério do Meio Ambiente (2004, p. 20):

A educação crítica tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação. No Brasil, estes ideais foram constitutivos da educação popular que rompe com uma visão de educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos, convocando a educação a assumir a mediação na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos. Paulo Freire, uma das referências fundadoras do pensamento crítico na educação brasileira insiste, em toda sua obra, na

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia; UENF; Campos dos Goytacazes, RJ;

defesa da educação como formação de sujeitos sociais emancipados, isto é, autores de sua própria história.

Assim, foram criados programas de educação ambiental, que surgiram duas décadas após a Declaração da Conferência da ONU, como o IBAMA. Dentro esse instituto - IBAMA, foi criado o CGEAM - Coordenação Geral de Educação Ambiental, que era o responsável pela “ação com enfoque orientado para a solução de problemas concretos da comunidade, a abordagem interdisciplinar, a participação da comunidade e o caráter permanente, e considerava ainda para sua implementação a pluralidade e a diversidade cultural.” (SAISSE; LOUREIRO, 2012, p. 8).

No ano de 1992 surgiram os NEA's, que a nível estadual, buscavam disseminar ações de educação ambiental por todo país, assim:

Os NEAs, ao serem criados, não contavam com recursos. Tinham as diretrizes, mas não tinham um planejamento, pois, efetivamente, não havia uma articulação entre a DIED e os NEAs. Com o objetivo de fortalecer os Núcleos foi organizado o primeiro encontro na forma de Seminário Nacional para análise da Programação dos NEAs, em 1993, e Redirecionamento da Proposta, para 1994, coordenado pela DIED, quando buscando maior planejamento das ações, foram analisados os Planos de Trabalho desenvolvidos naquele ano e elaborada uma proposta plurianual visando ancorar as ações descentralizadas. Do encontro participaram 40 servidores, em sua maioria, coordenadores dos NEAs, com 28 Núcleos representados. Dos trabalhos também resultou uma carta encaminhada ao Presidente do IBAMA, na qual solicitava-se reconhecimento, e sugeriam-se medidas para o fortalecimento da educação ambiental, declarada por ele como “área prioritária” no instituto. (LOUREIRO, 2012, p. 7).

Na sequencia desses fatos, começou a ocorrer um grande amadurecimento sobre o assunto, dentro das instituições. Dessa forma:

Com base nesse referencial e utilizando os recursos da metodologia participativa, o IBAMA começou um processo de programas integrados de Educação Ambiental para a Gestão, consolidando, assim, os Núcleos de Educação Ambiental nos estados. Esse também foi um momento importante de institucionalização da área no país, quando o IBAMA, junto ao MEC, conseguiu a criação da Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no CONAMA. (LOUREIRO 2012, p. 8).

Importante mencionar que a PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental é tido como fator importante no processo de institucionalização da educação ambiental, e isso,

dentro das organizações públicas. Pois, através desse programa, torna-se possível direcionar às práticas da educação ambiental, trabalhadas por muitas instituições.

O objetivo do PRONEA foi claro quanto à necessidade de formar grupos que trabalhassem em coletividade e pela integração de políticas públicas, capazes de desenvolver e criar decisões que educassem comunidades quanto à qualidade do meio ambiente. Esse foi a principal fundamentação da educação na gestão ambiental, observando ainda o fato de que a gestão ambiental é entendido como um processo de mediação, que visa envolver todos os interesses sociais sobre os recursos naturais.

Assim, diante desses fatores, que ocorrem dentro de todo território brasileiro, pergunta-se: Qual a relevância da Gestão Ambiental Pública na educação de jovens e adultos? Como direcionar as políticas públicas sem destituir a identidade cultural dos indivíduos envolvidos? Como ter práticas assertivas, em nível de educação ambiental, considerando o saber popular? Essas e outras questões orientam esse trabalho, pois aparecem como fundamentais, já que existe uma discussão densa sobre como construir alternativas que garantam a emancipação das classes populares, de forma a considerar suas tradições, costumes e saberes, valorizando-os. Mais especificamente, no caso desse estudo aborda-se as comunidades pesqueiras, que dependem da renda da pesca, essa situação também é constatada.

Compreende-se dessa forma que a vulnerabilidade dos sujeitos e suas famílias é, ainda, mais agravada, quando expostas aos efeitos provocados pela intensa atividade de exploração de petróleo e gás. Isso fez com a lei previsse a necessidade da mitigação, mas, para garantir a efetividade dessa diminuição dos impactos é preciso promover uma maior capacidade de reação e ação desses indivíduos, que vá para além da situação imediata provocada por aqueles efeitos negativos no cotidiano da vida cidadina, mas, também, em seu contexto produtivo.

Diante dos fatos, pode-se dizer que todo esse contexto reforça ainda mais relevância do projeto Pescarte e sua linha de ação que visa a organização comunitária para participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento, bem como seguir na linha de entendimento

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é analisar a importância do Projeto Pescarte, um projeto de educação ambiental (PEA), no estímulo ao diálogo e à participação comunitária, tendo como elemento crítico a compreensão dos processos necessários à produção de educação popular

emancipadora, na qual as classes populares são vistas como detentoras de um saber não valorizado. (FREIRE, 1987).

O projeto Pescarte está sendo baseado no principal objetivo da educação ambiental que é conscientizar a população adulta e nesse caso, pesqueira, estimulando-as à busca de soluções para os problemas ambientais presentes em suas comunidades. Esse procedimento educacional não pode ser considerado como sendo fácil, pois muitas vezes os próprios pescadores não tem a consciência do que está gerando um prejuízo à comunidade e tão pouco, maneiras de solucioná-las, porém, com união e paciência por parte de todos os educandos que compõem a equipe do projeto Pescarte, ótimos resultados poderão ser alcançados.

O objetivo primordial da Educação Ambiental nas comunidades pesqueiras é fazer com os pescadores e suas famílias compreendam quais são os problemas causados ao ambiente – gerados com a ação humana, incentivando-os a busca de soluções.

Assim, o projeto busca por meio de suas ações e seu corpo técnico interdisciplinar, auxiliar na emancipação das comunidades pesqueiras, à medida que, ao articular o saber popular dessas comunidades pesqueiras e científico através da UENF, permite desvelar o campo de atuação para que os indivíduos possam se reconhecer e valorizar seus saberes e realidades, reforçando as identidades produtivas dos jovens e adultos envolvidos na atividade pesqueira. O projeto atua na linha de ação A da nota técnica 01/2010, exigida pelo órgão ambiental federal (IBAMA), que trata da organização comunitária para Geração de Trabalho e Renda (GTR). Isso reforça a necessidade de práticas de inserção que permitam acessar o saber que se faz fora do contexto escolar, sendo que em grande parte, os membros das comunidades pesqueiras sofreram pouca influência das referências escritas, e a transmissão de conhecimento, por gerações, é repassada através da oralidade (CANDAU, 2002).

METODOLOGIA

Para discutir a importância da ação do projeto na interlocução com a comunidade, no que diz respeito às práticas, é necessário recorrer aos métodos utilizados pelo programa do projeto. Dentre estes, compreende-se métodos quantitativos e qualitativos.

Os métodos consistem em práticas de inserção de campo para levantamento censitário de dados a partir de pesquisa por meio de questionário estruturados, reuniões com a comunidade para estabelecer melhor contato com os pescadores e suas demandas, assim como ter um *feedback* das ações realizadas, e, ainda, a realização de grupos focais com grupos de

pescadores, esposas e filhos(as).

Durante a realização do projeto, serão estabelecidos diferentes tipos de comunicações, ou seja, formas de contato com os pescadores e seus familiares, seguindo assim a programação estabelecida dentro do projeto de pesquisa. O objetivo do projeto é ouvir e passar conhecimentos concretos através de um diálogo direto com os pescadores e pescadoras. Assim, para melhor distribuir os assuntos dentro da pauta montada no projeto foi necessário montar um calendário de visitas a serem feitas nas comunidades. Dentro dessa agenda também programou-se oficinas de educação ambiental para serem realizadas com os pescadores e pescadoras.

Durante esses encontros que serão realizados com a comunidade pesqueira, em diversos locais, será também necessário compreender melhor como esses indivíduos se posicionam diante da realidade da pesca artesanal, ou seja, como encaram os problemas ambientais que lá existem, diante da vasta exploração de recursos naturais, que acabam gerando uma piora no quadro ecológico do local, como a poluição, o que tem como consequência regras de uso e mecanismos de monitoramento e controle da pesca.

O objetivo principal do projeto Pescarte é criar uma relação dialética e dialógica da pesquisa entre os integrantes do projeto e os pescadores e pescadoras artesanais, e tudo isso, visando como produto final o estabelecimento de diversos caminhos e alternativas que busquem direcionar, de maneira prática a educação ambiental, contribuindo assim para um movimento histórico das comunidades pesqueiras.

De acordo com Ludke (1986, p.23): “A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O pesquisador procura ver como o problema pesquisado se manifesta nos procedimentos e nas interações cotidianas.”

De acordo com Triviños (1987), a massa dos pesquisadores que vivem nas universidades se esforça para amadurecer os novos posicionamentos da pesquisa na educação e encontrar os caminhos certos, mas a tarefa não é fácil. Segundo o mesmo autor, o pesquisador deve lutar para vencer as dificuldades de natureza diversa, bem como aquelas que dizem respeito com a sua própria formação tradicional, no seio positivista e estrutural-funcionalista, que não são as mais fáceis de superar. Nesse sentido, entendo que o desafio é encontrar o rigor científico sem reproduzir tudo que queremos negar, o autoritarismo de um saber cientificamente resultante das pesquisas, as concepções da ideologia dominante e/ou uma idéia romântica idealizadora do grupo social.

Como instrumento de campo, a escuta sensível se faz fundamental para compreender a

realidade dos pescadores e estabelecer um canal de comunicação que possibilite uma maior alteridade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda que o projeto encontra-se em fase inicial, já é possível analisar alguns resultados, em que se pode destacar a necessidade do reconhecimento e documentação do processo produtivo realizado pelos pescadores. O aumento da confiança dos pescadores em projetos de mitigação ambiental, o que tem resultado em sua maior participação nas atividades.

Com isso, com base na educação popular, espaços democráticos e menos hierarquizado são estabelecidos dentro do contexto do projeto Pescarte, buscando compartilhar vivências e experiências afim de revalorizar o conhecimento dessas comunidades. O processo de aprendizagem nas práticas da EJA se dá numa via de mão dupla, na qual uma interlocução que a permita a troca de saberes é fundamental para o êxito da proposta de ação educativa.

CONCLUSÕES

A sociedade em que vivemos ao longo dos séculos vem buscando novas formas de progresso e concomitantemente com tal fato, vem acontecendo a degradação não só do meio ambiente como também das culturas. A existência de um amparo legal que gere, por meio do licenciamento ambiental, os recursos naturais no Brasil é um processo conflitante, como outros que se colocam no conjunto do modo de produção capitalista. Por um lado, ela viabiliza a apropriação dos recursos naturais por parte dos grandes grupos econômicos, de outro impõe limites a esta apropriação na medida em que pretende instrumentalizar os grupos sociais afetados a lidar com este quadro e intervir nele de forma sistematizada, do ponto de vista político.

Neste âmbito é que reside a particularidade da mitigação, uma vez que ela potencializa interferências mais duradouras na realidade comunitária, tornando-se, portanto, um instrumento precioso para os pescadore(a)s e suas famílias, nas disputas e conflitos de natureza socioambiental a ser potencializada por meio da educação ambiental crítica e com base na justiça ambiental.

O projeto Pescarte busca através dos princípios da educação popular cuja abordagem dialogada, proporciona aos sujeitos da ação educativa participar do processo que estão inseridos, se apropriando de conhecimentos e informações sobre o empreendimento, seus impactos, a realidade socioeconômica e ambiental de suas localidades, bem como as ações do poder público, entre outros aspectos que tendem a fomentar o enfrentamento coletivo das dificuldades encontradas.

Ações desenvolvidas com base na educação popular têm demonstrado uma capacidade impar para a obtenção de uma ação mais proativa em comunidades de baixa renda e baixa educação. Assim, a temática do presente artigo privilegia uma abordagem que procura entender os meios pelos quais a Gestão Ambiental Pública, por meio de Projetos de Educação Ambiental mitigatórias, podem se tornar instrumentos capazes de promover o fortalecimento de políticas públicas, identificando um viés de ensino e aprendizagem no íntegro o cotidiano desses atores sociais ao processo de educação. Em particular iremos nos ater em acompanhar os efeitos do Projeto Pescarte na mudança de hábitos de participação cidadã das famílias inseridas na pesca.

Dessa maneira pergunta-se: O que está sendo feito das contingências do pescador artesanal na sociedade na era da informação e do domínio tecnológico dos recursos naturais? E, o que o próprio pescador artesanal tem feito de si e de suas atividades extrativistas na sua prática política e laborativa enquanto categoria social?

O que pode-se perceber nessas comunidades é que existe um fraco conhecimento por parte da comunidade, ou seja, dos pescadores e pescadoras, a respeito de conhecimentos materiais acerca dos prejuízos causados pela abundância de petróleo no Brasil, ocasionados pela instalação de usinas refinadoras com finalidade de obtenção de petróleo para geração de energia, o que tem como resultado impactos sociais e ambientais. Pode-se dizer que toda essa falta de conhecimento é resultado de condicionamentos históricos e culturais, que acabam implicando em mudanças de atitudes, onde o individualismo tem tomado proporções devastadoras.

Toda esse situação acima descrita acaba gerando problemas até mesmo de ordem pessoal para os pescadores, pois com o impacto ambiental causado nas águas marítimas, a qualidade e quantidade da pesca – fruto de trabalho e sobrevivência dos pescadores, acabam sendo prejudicados e diminuídos, ocasionando assim uma falta de sustento deles e de suas respectivas famílias.

Diante desses fatos, torna-se ainda mais necessário uma conversa e interação entre a equipe do Projeto Pescarte e toda a comunidade pesqueira, visando sempre a busca e troca de

informações, experiência e conhecimentos, concretizando assim, a educação ambiental nesses locais.

Não pode-se deixar de mencionar que no mundo capitalista que vive-se nos dias atuais, geram circunstâncias advindas de uma concentração populacional elevada, como por exemplo o desemprego, a degradação de recursos naturais, sem contar a acentuada disputa ou concorrência advindas do avanço tecnológico. Toda essa situação acabam aumentando quando observadas de um ponto de vista – a luta pela sobrevivência, que sempre acaba no prejuízo de uns e lucro de outros. Assim, a educação ambiental, dentre tantas prioridades tem a de criar novos pensamentos através dos conhecimentos passados pelos profissionais que compõem o projeto, melhorando também o relacionamento entre os indivíduos que compõem essa relação.

Fora a situação supramencionada, que tange aos aspectos inerentes à sociedade capitalista – disputa pela sobrevivência e uma eventual situação de lucro/prejuízo, deverá existir também uma maior participação entre os setores científico e acadêmicos, sempre voltados a estabelecer uma educação ambiental, que é o caso do Projeto Pescarte. Com certeza, se mais projetos fossem estabelecidos, por parte de diferentes organizações, a situação estaria muito melhor, pois não é comum encontrar profissionais com formação pedagógica ou educadores propriamente ditos, que engajam nesses movimentos - pescadores/cientistas da biologia pesqueira.

A educação ambiental é tida como um convite à participação, assim dessa forma, pode-se concluir que as comunidades, ou seja, os espaços sociais que apresentam conflitos resultantes pelo prejuízo causado pelo mal uso dos recursos naturais, gera uma maneira única de debate e exercer a prática da educação ambiental.

É de extrema necessidade que mais projetos sejam elaborados e colocados em práticas, que alunas e alunos graduandos de pedagogia, e não somente tal curso como também muitas outras licenciaturas, se insiram nessas comunidades aprendentes, sendo que dessa forma haja um processo único de aprendizado e ensinamento. Com esse projeto colocados em prática, haverá conseqüentemente a aquisição e o aperfeiçoamento dos educadores ambientais como agentes sociais realmente comprometidos com o mio ambiente e nesse caso, com os pescadores e pescadoras.

O projeto Pescarte ainda, em outra dimensão, será direcionado à crianças e adolescentes, filhos dos pescadores, moradores dessas comunidades pesqueiras. A educação ambiental deverá ser direcionada para todos, não apenas aos adultos, pois se começar uma

conscientização desde à época escolar, com certeza não haverá tantos problemas mais adiante. As escolas devem se adaptar dentro dessas comunidades, à realidade pesqueira, pois os pequenos provavelmente ao crescerem, seguirão os passos dos seus pais, devendo assim tomar conhecimento da situação e ainda, ter uma boa educação ambiental.

Com a realização de trabalhos aprofundados acerca dos prejuízos causados pelo impacto ambiental em determinadas regiões, pode-se criar uma política pública mais eficaz e satisfatória. Essa seria com certeza uma boa proposta de Educação Ambiental, pois o que pode-se observar é que houve um fracasso muito grande por parte de alguns setores e atividades de extração, pecando assim no que tange ao gerenciamento de uso dos recursos naturais na garantia do bem comum. Assim, diante dessa constatação, fica claro que os paradigmas que tratam os gestores públicos deverão ser revistos, buscando assim um amanhã melhor e sem tantos resultados dos impactos ambiental. Nesse sentido, a educação ambiental tem o objetivo de preparar os indivíduos, apoiando ainda às comunidades através do uso dos recursos pesqueiros.

Outro ponto importante e interessante para ser estudado dentro do projeto é entender, dentro da prática desenvolvida com as comunidades estudadas, a forma como ocorrerem as mudanças, dentro da atividade pesqueira, entender ainda quais são as influências sofridas, de forma direta ou indireta da degradação, bem como o que isto significou para que houvesse a diminuição dos recursos, através da poluição petrolífera. E ainda, trazer como forma de estudo as relações passadas dentro cadeia pesqueira produtiva e como ocorreram as transformações da história das comunidades e como estas reagiram diante desses fatos. Importante mencionar que pode-se observar, ao conversar com os velhos pescadores, o tanto de conhecimento que estes tem, fazendo assim, um resgate de uma história oral dos pescadores. Há entre eles uma grande riqueza na sua fala e um elevado acúmulo de conhecimentos, sendo os pescadores mais velhos, mais fáceis de compreender sobre os princípios da educação ambiental, pois esses já tem uma boa bagagem acerca do assunto. Pouco se tem de acúmulo sobre as comunidades e sobre os pescadores da região.

Essa carência no acesso de informações é muito comum nas comunidades pesqueiras, pois estamos falando de uma comunidade de baixa renda, simples, que não tem condições de ter um acesso priorizado de informações, sendo este mais prejudicado ainda devido à crise petrolífera que vem sofrendo diante da devastação ambiental acometida no local.

Pode-se destacar também outras iniciativas ligadas aos pequenos produtores rurais, que têm construído interface com os pescadores, como por exemplo o Emater, assim como outros, mas que este em si está voltado às mulheres das comunidades de pescadores que tem a

oportunidade de trabalharem em artesanatos com as escamas de peixe, agregando assim uma renda extra.

Quanto à Educação Ambiental com os pescadores, concluo, por ora, que passa certamente por todos esses aspectos, mas o que ficou claro durante o trabalho participante é que a categoria de pescadores precisa evoluir do senso comum, onde acredita que a causa dos problemas está apenas nos outros, e entender quais são as interações que realmente são determinantes para a sua prática atual. Nessa mesma direção, acredito que uma Educação Ambiental que busque empoderar o pescador artesanal dessa região será um instrumento que possibilite o desvelamento da realidade para a categoria. Torna-se imprescindível que entendam como se articulam os poderes na sociedade e o papel da política numa situação de desigualdade social como no Brasil. Então, o desenvolvimento de uma proposta de Educação Ambiental é bem mais complexo e profundo do que falar de problemas ambientais em decorrência do progresso. Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e é por esses que as soluções podem ser construídas.

Nesse sentido, trabalhar Educação Ambiental com pescadores artesanais significa estar articulado com lutas sociais, com a expectativa da emergência de atores sociais, com a preservação e o reconhecimento de processos reversíveis e outros irreversíveis e com as relações econômicas de forma crítica. Sendo assim, não é objetivamente viável aplicar uma educação comportamentalista, mas sim uma educação transformadora e libertadora.

A Educação Ambiental que se delineou durante o trabalho se funda em ações que proporcionam cidadania através do fortalecimento da gestão participativa e do compartilhamento de responsabilidades com o estado no regramento do uso dos recursos pesqueiros. Isso se torna possível através da participação efetiva da comunidade de pescadoras e pescadores dentro das regiões a serem estudadas, instância que dá diretrizes para a construção da política pública voltada à pesca e ao ordenamento do uso e manejo do recurso.

A construção de políticas públicas de educação ambiental voltadas para a pesca convidam à reflexão do papel dos Conselhos e Fóruns paritários de Meio Ambiente nos municípios, tendo como parâmetro a participação popular. Sendo assim, torna-se necessário articular, junto com uma proposta de educação ambiental, um conjunto de medidas para o saneamento urbano, especialmente na medida em que o espaço da pesca e os detritos das cidades sofrem progressivamente influências mútuas.

Um dos caminhos possíveis para a transformação da realidade atual é o incentivo às iniciativas de associativismo e cooperativismo nas localidades. Contudo, precisa-se trabalhar

melhor a participação, que hoje é inócua, dando ênfase aos processos educativos junto às comunidades.

Assim, através da educação ambiental, pescadores e pescadoras terão a oportunidade de trabalhar diante de tais ferramentas, que lhes proporcionarão descortinar os mecanismos que movem a sociedade capitalista, criando alternativas de mudança na busca da sustentação desta categoria social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Gráfica Gutenberg, 2004. 158 p.

_____. A Interferência das Atividades Marítimas de Exploração de Petróleo e Gás na Pesca Artesanal: Exigências do Licenciamento Ambiental. Texto constante do Guia para o Licenciamento Ambiental das Atividades de Sísmica, 2007.

_____. Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA no 001/10. Programas de Educação Ambiental: Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. 35p, 2010.

CANDAU, Vera Lucia. Sociedade, Educação e Culturas. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBAMA. Orientações Pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de Projetos de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural. 17p, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. Contribuições teóricas para pensar a prática da educação ambiental em uma perspectiva crítica-transformadora. In. Educação Ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente. Org.: ARAÚJO, N. M.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. G. e. Aracaju: Editora UFS, 2012.

LÜDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

MACIEL, Karen de Fátima. “O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular” Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.